



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
VEREADORA LUNA ZARATTINI

REQUERIMENTO Nº / 2026

Requer a realização de Audiência Pública para debater as condições de infraestrutura das escolas públicas de São Paulo.

Senhores Vereadores membros da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo:

CONSIDERANDO a competência das Comissões Permanentes de “realizar audiências públicas”, de acordo com o artigo 46, inciso V, do Regimento Interno desta Casa;

CONSIDERANDO que o direito à educação é um direito humano fundamental, previsto no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 6º da Constituição Federal e no artigo 205 da Constituição Estadual, sendo dever do Estado garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a qualidade do ensino em ambientes dignos e seguros;

CONSIDERANDO que a infraestrutura escolar adequada é condição essencial para a efetivação do direito à educação, uma vez que salas de aula deterioradas, falta de manutenção, banheiros interditados, problemas elétricos e hidráulicos, ausência de acessibilidade e más condições de conservação comprometem a dignidade de estudantes e profissionais da educação, prejudicam o aprendizado e ampliam desigualdades sociais;

CONSIDERANDO que estudantes da rede pública estadual de São Paulo têm denunciado, por meio de vídeos que viralizaram nas redes sociais, a situação de abandono e precarização das escolas, com relatos de falta de estrutura básica e desrespeito com a comunidade escolar, evidenciando a necessidade urgente de diagnóstico e ações concretas por parte do poder público;

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO****VEREADORA LUNA ZARATTINI**

REQUEIRO, nos termos regimentais, que esta Douta Comissão aprove a realização de Audiência Pública para debater a infraestrutura das escolas públicas em São Paulo, bem como sejam convidados representantes da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME); da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEDUC-SP); da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares da Secretaria Estadual de Educação; de sindicatos de professores e servidores públicos; da União dos Estudantes (UBES) e/ou dos grêmios estudantis que protagonizaram as denúncias de precarização das escolas; da sociedade civil e de especialistas e outros convidados que se mostrarem relevantes.

No mais, permanecem meus votos de estima e consideração aos demais Colegas membros desta Comissão e dos servidores que a auxiliam.

São Paulo, 11 de maio de 2026.

LUNA ZARATTINI

Vereadora

Presidenta da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania